

ACTA N.º 18

Aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu na sede da Junta de Freguesia, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia, sendo a mesa constituída por:

- **Presidente:** Miguel Vieira Lopes;
- **Primeiro Secretário:** Alberto Almeida
- **Segundo Secretário:** Alice Parada.

**Lista de presença:**

- **Partido Socialista:**

Pedro Costa  
Paula Cardoso  
Carlos Morais

- **Partido Social Democrata:**

Não se fez representar por nenhum elemento

- **Isaltino Oeiras Mais à Frente: (doravante IOMAF)**

Mário Martins  
André Rica  
Vasco Couto  
Aline Carvalho

- **Coligação Democrática Unitária:**

Isabel Vasconcelos

- **O executivo estava presente.**

Na bancada IOMAF, verificou-se a ausência do Sr. Carlos Abrantes (justificada), que foi substituído pelo Sr. Vasco Couto, da Sr.ª Eugénia Martins que foi substituída pelo Sr Mário Martins.

Na bancada do PS o Sr.º Mário Lourenço (justificada), foi substituído pelo Sr. Carlos Morais.

Deu-se início ao período de intervenção do público em termos regimentais, não havendo nenhuma questão sido levantada.


**Seguiu-se o período antes da ordem de trabalhos:**

Tomou da palavra a Sr.ª Isabel Vasconcelos que:

- Questionou sobre a colocação de um posto de socorros que estava previsto e que a Câmara Municipal de Oeiras já tinha deferido o espaço a ocupar, que seria no “Mercado”.
- Solicitou para na Assembleia Municipal os eleitos perguntarem, porque a CMO deu este assunto como adquirido, no entanto, voltou com a palavra atrás.
- Realçou o trabalho realizado pelo executivo, nos arranjos de arruamentos, nomeadamente na estrada de Talaíde, mas na zona junto ao Café Pingo, antes da ponte do Grupo Recreativo e Desportivo de Talaíde nada tinha sido feito e não entendia o porquê.

**O Sr. Presidente da Junta começou por agradecer a todos por estarem presentes e deu algumas explicações, a saber:**

- Sobre a posição da CMO para a colocação de loja no mercado para instalação do centro de primeiros socorros, não havia qualquer conhecimento contrário ao que tinha sido dito anteriormente.
- O arranjo da estrada junto ao Café Pingo ainda não teve intervenção, porque a estrada não tem largura suficiente para levar o traço ao meio, e precisa-se de haver coordenação com a PSP para controlar o trânsito, que já estão a ser desenvolvidas conversações nesse sentido.

- 
- No que respeita às marcações, as mesmas ainda não foram feitas, porque não se consegue arranjar um camião para fazer as mesmas. No entanto vão ser feitas por uma máquina pertença da Junta.

**O Sr, Presidente da MAG passou à ordem de trabalhos.**

**Ponto 1: Apreciação e votação da ata nº 17.**

Não havendo comentários a fazer, colocou-se a ata a votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção de um elemento da bancada do IOMAF, Sr<sup>a</sup> Aline de Carvalho.

**Ponto 2: Aprovação do 3º aditamento ao Contrato Interadministrativo – Delegação de Competências:**

**Sr André Rica tomou da palavra referindo:**

- O Executivo Camarário tem vindo a procurar dar mais delegação e competências às Juntas. E é com agrado que se verifica a materialização dessa delegação através da atribuição de mais verba. Com essa disponibilidade orçamental dada pela Câmara cabe às Juntas realizar o seu trabalho.

**Sr<sup>a</sup> D. Isabel Vasconcelos referiu que:**

- Não é mais competências, mas sim mais participação financeira para as mesmas valências.
- Questionou sobre uma verba de delegação de competências que foi transferida em Dezembro do ano de 2015, e não foi utilizada em 2016, e que não se sabe se passará pra o ano de 2017.

**O Sr Tesoureiro Avelino** afirmou que essa verba é para 2016, mas vai ter que haver uma minuta que será enviada à CMO. Podemos esperar que a Assembleia Municipal diga que, como não foi utilizada em 2016 possa ser transferida para 2017,

A Sr<sup>a</sup> Isabel frisou que se a mesma foi transferida no final do ano, nem havia tempo para orçamentar a obra, e sendo assim tem que ser passada para o ano de 2017.

A Sr<sup>a</sup> Aline referiu que a única questão é que se indica como meios financeiros para 2017.

**O Sr<sup>o</sup> André Rica disse:**

- Ter acompanhado o raciocínio do exposto. A CMO vai assinar o contrato e irá constar no orçamento da CMO este aumento de verba. Mas que na leitura do IOMAF há elementos da Assembleia de Freguesia de outras forças políticas, que apresentam alguma confusão ao que parece não concordam com o aumento de verba.
- Vamos aceitar, mas vamos fazer uma revisão orçamental. Se houver um contrato assinado, esse dinheiro está alocado e fica comprometido. É uma falsa questão porque o valor fica lá e passará para o ano de 2017.

**O Sr Tesoureiro** diz não concordar com esta explicação porque haverá falta de tempo para toda esta execução.

**A Sr<sup>a</sup> Isabel referiu** que é uma realidade que estamos a aprovar um contrato. A CMO está a dar € 16.000,00 mas não temos forma como o gastar, visto não haver tempo. A CMO abriu o exercício de 2016 com um valor excecional, e vem dar este valor à Junta no final do ano, em Dezembro, logo não delega mais competências.

**Sr. André Rica** fez questão que fique em ata o elogio da bancada da CDU à gestão da CMO. Fecha-se o contrato e começa-se a fazer obras uma vez que o compromisso está aceite.

**O Sr, Presidente da Junta** agradece este valor e vamos continuar a trabalhar.

**O Sr. Moisés** fez uma chamada de atenção só para dizer que estamos a apreciar o executivo e não a ação da CMO.

**O Presidente da MAG colocou o ponto a votação**

**Contra - CDU**

**Abstenção – 0**

**Aprovado por maioria**

### **Ponto 3 – Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2017**

**Tomou da palavra o Sr. André dizendo que:**

- Em Setembro de 2015 o IOMAF disse que o orçamento era curto, que relativamente à orgânica da Ação Social, apresentou este grupo um documento com propostas, linhas de atuação e a forma como a íamos fiscalizar. Tivemos uma reunião com o executivo em 16/11/2016, para trabalhar o orçamento de 2017, em que ficou patente que o IOMAF iria reunir a 21 de Novembro, enviamos um e-mail ao Sr. Presidente da Junta, perguntámos mais uma vez sobre o comportamento em relação a este assunto porque não foi cumprido com o que tinha sido acordado com as duas bancadas, não nos foi dada nenhuma explicação.
- O Orçamento de 2017 padece dos mesmos males do ano passado. Fornecemos “inputs”, mas vemos mais uma vez que a área de liberdade política da Junta nada tem de novo e lamentamos não ter havido resposta.

**A Srª Isabel :**

- Lamenta que o Orçamento nada tenha de novo, nomeadamente as mesmas linhas, as mesmas rubricas e a mesma distribuição do pouco dinheiro. O Orçamento deveria refletir em dinheiro com o plano de obras que a Freguesia tem que fazer. Há questões de fundo que nunca se resolvem e esperávamos soluções. Também é verdade e tem que ser dito que há muita obra feita.
- Quanto ao associativismo temos mais uma vez uma distribuição de maior verba para a cultura e menor para o desporto.

**O Sr. Presidente da Junta explica ao Sr. André** que, relativamente à reunião para o Orçamento, foi enviado um email ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia seguindo o regulamento hierárquico.

**O Sr. Presidente da Mesa** informou que houve realmente um lapso, por não ter reencaminhado esse email para os líderes de bancada.

**O Sr. Tesoureiro** explanou algumas despesas, nomeadamente gastos € 27.000,00 com Ação Social, em que estavam provisionados € 35.500,00 e já havia uma execução de € 35.250,00. Tivemos uma redução de € 6.000,00 do IEFP, e aqui temos que nos congratular, porque apesar de haver menos receita, a pessoa desempregada não precisa de passar pela humilhação de ter que se apresentar quinzenalmente. Quanto ao apoio às associações fizemos uma distribuição equitativa.

**A Sr<sup>a</sup> Isabel** lembrou que houve um regulamento, no qual a CDU votou contra, onde foi pedida a relação da distribuição atribuída aos clubes.


Dá-se maior apoio na cultura, que é aquilo que tem mais visibilidade para o exterior, como as atividades desportivas não se vêm, então têm menos apoio.

**O Sr. Presidente Dinis** esclareceu que a Junta não pode dar subsídios, só podemos dar apoios a essas atividades desenvolvidas, e só temos um clube que não teve atividade, e por isso, não foi apoiado.

**O Sr. Pedro** acrescentou que:

- Quando se tem 75% da receita alocada a despesas correntes e quando a Junta faz um esforço para pagar essas despesas e a CMO se atrasa nas transferências não temos muita manobra para essas atribuições.
- Pensando que a ação social se restringe à rubrica 4 – ação social, educativa e desportiva, neste orçamento temos um grau de execução que não é comparável com nenhum outro executivo.

**O S. André Rica** seguindo este raciocínio frisou que:

- 
- O orçamento é igual ao do ano anterior.
  - Só se pode fazer mais se a CMO transferir mais dinheiro.
  - E nem sempre é preciso mais dinheiro, mas sim haver um plano organizado. É inadmissível considerar que a benesse social é o seguro do trabalho, € 3.933.00. porque nunca existiu anteriormente.
  - O Executivo, numa tentativa de iludir a bancada do IOMAF colocou como despesa social, um seguro de acidentes de trabalho que é obrigatório por lei, e logo deveria estar em despesas de pessoal.

**O Sr Tesoureiro** frisou que até há dois anos a CMO não fazia seguros de acidentes profissionais, isto é componente social.

**O Sr Presidente** referiu que no ano passado quando se falou deste seguro já se tinha dito que seria levado à rubrica da ação social.

**O Sr André Rica** continuou a rebater que essa verba não é componente social, mas sim um direito de todos os trabalhadores.

**O Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação**

**CDU – 1 voto contra**

**IOMAF – 5 abstenções**

**PS – 5 a favor**

**Aprovado o Orçamento.**

**O Sr, André Rica fez declaração de voto. A saber:**

A nossa abstenção não se deve à nossa leitura do cumprimento ou não, mas sim à nossa convicção daquilo que é a missão da Junta. O IOMAF apresentou propostas e comprometeu-se com o executivo para trabalhar em conjunto. O Executivo não cumpriu a sua parte do compromisso. Mas por ser uma bancada consciente do peso que tem na Assembleia de Freguesia vemo-nos obrigados a aprovar este Orçamento para a Junta

não ficar a trabalhar por duodécimos. Os erros do executivo não se pode refletir no dia a dia dos fregueses, e por isso o IOMAF toma a posição de não impedir este orçamento, Não concordamos com ele, mas não votamos contra. Por respeito aos fregueses e não pelo trabalho do executivo.

A Sr<sup>a</sup> D. Isabel apresentou por escrito, também declaração de voto, que vai ficar anexa a esta ata.

**O Sr, Presidente da MAG passou para o**

**Ponto 4 – Aprovação da Revisão orçamental número 2**

O Sr, André Rica referiu que esta revisão serve para acrescentar os € 16.000,00. Comparámos os do orçamento do ano passado de € 51.000,00 para € 41.040,00, houve, portanto, diminuição de receita.

O Sr. Tesoureiro anunciou que haviam sido lançadas a elaboração de duas obras. E como não há dinheiro suficiente, têm que cada vez mais ir transferir de outras rubricas orçamentadas.

O Sr. Moisés tomou da palavra dizendo que a Junta não tem técnicos para dar apoio na elaboração de cadernos de encargos, e por isso, corre-se o risco de não se poder realizar mais obra por falta de apoio técnico da CMO.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel lembrou que:

- Há questões que só podem ser discutidas na Assembleia Municipal e faz todo o sentido levantar esses problemas.
- Esta revisão é para acrescentar aos € 16.00,00, vamos votar um documento que não pode ser utilizado, vamo-nos abster, não porque dá entrada a verba mas porque eventualmente pode ser passada para o ano de 2017.

A Sr<sup>a</sup> Aline referiu que quando se lança um concurso e não se tem verba disponível, não se pode ir buscar a outra rubrica, só se pode contar com o dinheiro existente na respetiva rubrica.



O Sr Tesoureiro explicou que quando foram lançados os concursos havia folga orçamental e era suposto utilizarmos a máquina da Junta, mas para grandes vias tivemos que subalugar uma máquina, passando a obra a ficar mais cara.

**O Sr Presidente da MAG colocou o ponto a votação**

**CDU – 1 – abstenção**

**IOMAF – 5 abstenções**

**PS \_\_\_\_\_ 5 – a favor**

**Aprovado.**

O Sr André Rica fez declaração de voto: As almofadas financeiras devem estar nas rubricas corretas. Viabilizar porque é possível fazer e continuar a fazer cada vez melhor.

A Srª D. Isabel fez declaração de voto explicando que está contida no documento já apresentado no ponto 3 do Orçamento.

**Ponto – 5 Informação financeira de Outubro e Novembro**

O Sr André Rica referiu que a primeira dotação era de € 44.409,00 e no final da segunda revisão será de € 51.725,00 nas dotações finais é o que está orçamentado.

A SrªD. Isabel disse que verificámos o que já frisámos anteriormente em que a cultura tem uma execução de € 10.605,50 e o desporto tem € 3.322,00, até parece que não há desporto na freguesia. Se o Sr Presidente diz que não se pode apoiar desporto federado, então temos que arranjar maneira de apoiar noutros eventos organizados por esses clubes.

O Sr Presidente da Junta diz não se poder apoiar clubes federados, por exemplo os Leões de Porto Salvo, mas podemos apoiar torneios realizados por esse mesmo clube.

**Ponto 6 – Apreciação da Informação do Presidente relativamente às Atividades da Junta nos meses de Outubro e Novembro de 2016**

**O Sr André Rica fez a análise sucinta:** execução relativa a dois meses, havendo 13 processos de ação social o que é revelador das dificuldades que a nossa Freguesia está a enfrentar. É urgente focarmo-nos na escola Pedro Alvares Cabral no Bairro Municipal dos Navegadores.

**O Sr Presidente agradeceu** a presença do público e a preocupação havida com o seu estado de saúde, mas mesmo febril fez questão de estar presente até ao final da Assembleia.

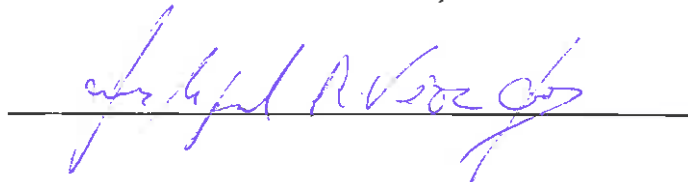
Sobre o FES (Fundo de Emergência Social) tem dado resultado com o GAAS( Gabinete de Atendimento de Ajuda Solidária) no Moinho das Rolas/Navegadores em conjunto com a assistente social.

**O Sr Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a votação de parte da ata nº 18. Deliberação 2 /2016, tendo sido aprovado por unanimidade.

**Deu-se assim por terminada a sessão.**

**Porto Salvo, aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil e dezasseis**

**O Presidente,**



**O 1º Secretário,**



**O 2º Secretário,**

